

## A RESSIGNIFICAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO COMO ELO INTEGRADOR DA GESTÃO ESCOLA

Kamile Oliveira Gadelha (1); Ignês Tereza Peixoto de Paiva (1); Jean Claude da Silva Gonçalves (2); Merian Fonseca Batista (3); Brenna Tavares Andrade (4).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EDUCAÇÃO E ZOOTECNIA – ICEZ  
Emails de todos os participantes: kamilegadelhalf@gmail.com

### RESUMO

Mais que um cumprimento burocrático, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) traz em seu bojo o plano global da instituição que se configura como um instrumento teórico-metodológico com finalidade de intervir e mudar a realidade escolar. Sabido de tal importância e da necessidade de que o mesmo seja construído e, constantemente, reconstruído de forma coletiva com a comunidade escolar, o presente trabalho tem como proposta dialogar acerca necessidade de ressignificar o PPP de modo a atribuir a ele sua real função. Fruto de observações do cotidiano escolar de um Centro Educacional Infantil no Município de Parintins proposto pela disciplina Estágio Supervisionado III: Gestão Escolar no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da UFAM/ICSEZ, a temática objetiva proporcionar maiores esclarecimentos para tal unidade escolar sobre o PPP transformando-o num elo integrador da gestão escolar, unindo, esferas pedagógicas, administrativas e sociais no exercício de pensá-lo, executá-lo e avaliá-lo, motivando assim a comunidade escolar a vivenciá-lo em sua prática educativa.

**Palavras-chave:** PPP, Planejamento e Ressignificação.

## INTRODUÇÃO

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) de uma Escola traduz em palavras sua identidade, nele está expresso todo o legado histórico da instituição e da comunidade ao qual está inserida, bem como o posicionamento político-educacional, idealização de sociedade e cidadão que almeja formar, práticas pedagógicas que alicerçarão o trabalho docente e como serão geridas as tomadas de decisões e recursos financeiros que darão suporte no funcionamento da unidade escolar.

A construção e/ou reconstrução do PPP deve ser feita de forma participativa vislumbrando, dentro do âmbito educacional, o resgate do sentido humano científico e libertador do planejamento (VASCONCELOS, 2004). Para tanto, fica explícito a necessidade do envolvimento de toda comunidade escolar – abrangendo desde corpo docente, gestão escolar, serviços gerais e famílias – no processo construtivo desse documento, proporcionando um espaço de diálogo no qual possam ser externados as necessidades e desejos que todos depositam na escola.

Porém, observamos hoje um esvaziamento desse significado do PPP por parte da comunidade escolar, ele está deixando de ser uma ferramenta de orientação no exercício do trabalho escolar e transformando-se num documento “engavetado”. Construí-lo, em sua maioria, fica a cargo somente do âmbito pedagógico, mas especificamente incumbência do coordenador pedagógico, o restante da comunidade escolar por não participar da construção do PPP, não se identifica com ele ou simplesmente desconhece sua existência. Pensá-lo somente no âmbito pedagógico, é pensá-lo de uma maneira reducionista e limitada, pois Veiga (1995, p12) evidencia que o “projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas”.

É imprescindível que se desconstrua a prática de gerir somente no âmbito administrativo burocrático, bem como desconstruir a ideia de que planejamento escolar se resume à planos de aula como atividade estritamente ligada ao trabalho do coordenador pedagógico, é preciso unificar gestão e coordenação pedagógica, objetivando um planejamento mais amplo e ao mesmo tempo conciso que seja de fato elaborado em comum acordo com todos e que expresse suas necessidades, objetivos e ações futuras.

Ao mesmo tempo em que o Projeto Político-Pedagógico tem dentre suas finalidades um teor de burocrático, sendo obrigatoriedade expressa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e exigência da mantenedora da instituição, sua função não se limita somente a isso. “O projeto não se

constitui na simples produção de um documento, mas na consolidação de um processo de ação-reflexão-ação que exige um esforço conjunto e a vontade política do coletivo escolar” (VEIGA 2001, p. 56).

Resende (1995, p. 53) também cita outros elementos que irão confirmar amplitude do PPP em todas as esferas educacionais da instituição quando diz que sua construção “deve basear-se naquilo que a escola possui de particular, levando em conta seus limites, recursos materiais e humanos, enfim, sua história”, pois quando envolvemos os aspectos de recursos materiais e humanos, automaticamente referenciamos a gestão de tais recursos, que vão além do pedagógico.

Ainda sobre a importância da construção coletiva do PPP, nas palavras de Vasconcelos (2010 p. 169) podemos acrescentar que:

Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que se define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade.

Quando nos referimos à mudança da realidade é imprescindível que os protagonistas dessa “realidade” participem do exercício de pensar os meios de como caminhar em direção a esta almejada tão mudança. Faz-se necessário que a escola traga para o diálogo os integrantes dessa comunidade oportunizando a exposição de suas expectativas e anseios para com a instituição.

Essa prática ajudará a construir o Marco Referencial ao qual Vasconcelos (2010, p. 182) refere-se ao dizer que “é a tomada de posição da instituição que planeja em relação à sua identidade, visão de mundo, utopias, valores, objetivos, compromissos”, identidade essa construída a partir das especificidades da comunidade, ou seja, a escola irá se moldar para a comunidade e não o inverso.

Por mais que o Projeto Político-Pedagógico tenha uma estrutura pré-definida como: Marco Referencial, Diagnóstico e Programação; cada PPP é único e específico para uma escola que atende um determinado "recorte social". A escola é um segmento social, um organismo vivo que precisa de um projeto que vá além de apresentar dados estatísticos, histórico e caracterização física da instituição; a escola necessita de um PPP que expresse sua singularidade social.

O esvaziamento do significado democrático do PPP enquanto elemento norteador da prática escolar, numa respectiva de mudança realidade, mostrou-se bastante evidente no período de observações que passamos no ambiente escolar. Esta dificuldade decorrente da falta de

esclarecimento sobre o Projeto Político-Pedagógico e sua importância no trabalho educativo por parte instituição.

Na escola em que realizamos a observação o projeto existe, porém, segunda a coordenação pedagógica, estava desatualizado e conseqüentemente em desuso. Houve por parte da gestão e coordenação pedagógica o desejo de trazer um novo olhar sobre a importância do PPP como elemento integrador no planejamento coletivo, assim ressignificá-lo na instituição envolvendo toda comunidade escolar no exercício de reconstruí-lo, pois acreditam que ele é uma ferramenta que pode agregar melhorias à ação educativa na escola.

Diante do exposto, surgiu o interesse de dialogar sobre a temática de Resignificar o Projeto Político-Pedagógico como elo integrador da gestão escolar, pois acreditamos que esta ferramenta metodológica, uma vez usada para alicerçar a prática educativa, oportunizará a unicidade da comunidade escolar no exercício do planejamento participativo resgatando o verdadeiro sentido do Projeto Político-Pedagógico, enfim, ressignificá-lo.

## **METODOLOGIA**

O estudo bibliográfico centrar-se-á nas contribuições teóricas de vários autores que realizaram artigos e dissertações e teses sobre ressignificação do projeto político pedagógico. Conforme Martins (2000, p. 28): “trata-se, portanto, de um estudo para conhecer as contribuições científicas sobre o tema, tendo como objetivo recolher, selecionar, analisar e interpretar as contribuições teóricas existentes sobre o fenômeno pesquisado”.

A pesquisa tem caráter exploratório, segundo Martins (2000, p, 30) “se constitui na busca de maiores informações sobre o assunto coma finalidade formular problemas e hipóteses”. O estudo tem base descritiva das características apresentadas pelos vários autores sobre a importância do projeto político pedagógico e sua ressignificação junto à escola, bem como o estabelecer relações entre variáveis e fenômenos educativos em uma análise correlacional, pois esta “busca a identificação de fatores em relação a outro, a partir de comparações entre os diversos estudos coma finalidade de estabelecer parâmetros de análises” Martins (2000, p. 28).

O sujeito da pesquisa se delimitação nos funcionários e familiares dos alunos do Centro Educacional Infantil, pois partir dos métodos de análises das pesquisas bibliográficas entende-se sua importância na participação da construção do Projeto Político Pedagógico. Após o estudo

bibliográfico se monta um projeto de intervenção para apresenta as análises em torno o tema apresentado como as perspectivas te vários autores.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Muitos são os desafios enfrentados pela gestão no contexto escolar, Vasconcelos (2010) ao falar sobre a relevância do uso do projeto político-pedagógico enquanto ferramenta norteadora do trabalho educativo traz à discussão uma prática comum da gestão no cotidiano da escola, quando afirma que geralmente o diretor dedica mais esforços em fazer a escola funcionar, atendendo primeiramente o que considera mais urgente, do que intervir no que é de fato mais importante, ou seja, ele busca resolver o problema final em vez de agir sobre a causalidade.

O trabalho da gestão acaba sendo sucumbido pelos problemas que precisam de solução imediata, não conseguindo pensar ou tomar medidas preventivas que diminuam sua contingência ou até mesmo os solucionem por definitivo. A escola se vê numa situação a qual só consegue executar soluções paliativas na tentativa de sanar os conflitos internos mais urgentes, sobrecarregando a comunidade escolar e conseqüentemente gerando insatisfação na prática educacional.

É sabido que no âmbito escolar os conflitos nunca sumirão por definitivo. No entanto, Vasconcelos (2010) esclarece que tais conflitos são necessários, pois impulsionam na direção do diálogo e embate de ideais norteados para possíveis soluções; o autor complementa ao afirmar que o caminho para chegar às possíveis soluções está no ato de planejar coletivamente desenvolvendo projetos que intervenham na causalidade da problemática, pois “a função do projeto é justamente ajudar a resolver problemas, transformar a prática, e no limite, tornar menor o sofrimento.” (p. 35)

Contribui Gadotti (2011, p.37), ao dizer que “projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente”, ou seja, o projeto traduz em estratégias a vontade coletiva de transpassar as dificuldades vislumbrando uma melhora educativa. Portanto, projetos e planejamentos são elementos necessários e indissociáveis dentro do âmbito escolar pelo fato de possuírem abrangência significativa em todos os segmentos da instituição.

Vasconcelos (2010), ao discorrer sobre o papel da Supervisão Educacional/Coordenação Pedagógica, assegura que o trabalho do coordenador pedagógico está estritamente vinculado ao PPP, cujo mesmo está vinculado a todos os outros planos da instituição, logo o Projeto Político-

Pedagógico também é responsabilidade – planejamento e aplicabilidade – da gestão, do corpo docente, bem como da comunidade escolar como um todo.

Notamos então, um consenso entre os autores quando, ao se referirem sobre o ato de planejar coletivamente, consideram que a responsabilidade de elaboração, execução e avaliação é de toda comunidade escolar, rompendo assim a prática de transferir tal exercício somente para o âmbito pedagógico, em específico para a figura do pedagogo.

Dálmas, (2011, p. 43), no que concerne à motivação para o planejamento participativo, salienta que tal prática “trata-se, pois, de incentivar e de estimular a decisão dos professores e demais participantes da comunidade escolar a optarem por um processo participativo, a fim de promover a eficácia de uma educação de qualidade”.

É necessário esclarecer também que planejar, numa perspectiva macro, tem por objetivo ir além de planos de ensino (semanais, semestrais ou anuais) e projetos de intervenção, nesse sentido Sousa e Correa (2002, p. 48) propõe que:

[...] a escola precisa compreender que sua função extrapola a mera transmissão do conhecimento sistematizado, à medida que precisa conceber, organizar e avaliar o trabalho que produz, potencializando o senso crítico do sujeito que a compõem. Sob esse ângulo, os seus vários grupos precisam examinar as práticas que eles próprios desenvolvem, buscando compreender as possibilidades que o seu trabalho apresenta rumo à construção de uma escola verdadeiramente democrática.

O planejamento coletivo atribui, no bojo da sua construção, o exercício de auto avaliação sobre finalidade da ação de planejar. Planejar por planejar, como cumprimento burocrático ou planejar isoladamente reduz tal atividade a um ato desprovido de significado com durabilidade e resultados de curto alcance. Mas uma vez que se busca alinhar a objetivo do planejar de sala de aula com o objetivo do ato de educar concebido pela comunidade escolar e expressa no PPP, expandem-se os horizontes incorporando-o como parte da construção do plano global da instituição.

Nessa perspectiva, recorreremos à palavras de Sousa e Correa (2002, p. 49) trazendo à discussão o caráter democrático e autônomo que há na participação do planejamento educacional quando:

(...) a reflexão sobre a prática educativa deve girar, fundamentalmente, em torno de três eixos de análise: a) a gestão da escola; b) a concepção de que a democratização escolar implica um novo olhar sobre a organização do trabalho pedagógico; c) a gestão democrática do espaço da sala de aula, percebendo o pedagógico, em seus vários aspectos. É nesse contexto de re-significação da organização do trabalho escolar que se insere a discussão em relação à construção do projeto pedagógico.

Acreditamos que toda ação realizada dentro do contexto escolar, nunca será uma ação isolada ou sem intencionalidade. Gestão, coordenação pedagógica, corpo docente e comunidade devem procurar alicerçar sua prática educativa com a ideologia expressa no PPP. Utilizar o Projeto Político-Pedagógico como alicerce para a prática educativa é atribuir a ele sua verdadeira função, de nortear do trabalho coletivo da instituição.

A partir dessa reflexão teórica, das análises documentais da unidade escolar e conversas com a gestão e coordenação pedagógica, surgiu o interesse de dialogar sobre a importância do Projeto Político-Pedagógico em um Centro Educacional Infantil no Município de Parintins ao qual estagiamos, pois no período que passamos no referido ambiente escolar, identificamos uma ausência na utilização do PPP por parte instituição.

Foi nos apresentado o documento cujo qual, segundo a coordenadora pedagógica, estava desatualizado no que diz respeito a dados como: nome da gestora, números de funcionários e alunos, estrutura física e etc. A partir desse diálogo, percebemos que a gestão escolar possuía uma visão equivocada do que seria o PPP e como utilizá-lo no contexto escolar.

Diante da situação, elegemos como temática o resgate do significado do Projeto Político-Pedagógico como elo integrador da gestão escolar objetivando motivar na escola a prática do planejamento participativo cujo qual norteará a ação educativa.

Também decorrente da mesma problemática, desenvolvemos o projeto de intervenção que visava apresentar para unidade escolar esclarecimentos concernentes ao PPP da escola, sua relevância e funcionalidade. Assim, buscamos atender a necessidade externada pela própria gestão de introduzir o PPP na prática educativa, elaborando o projeto de intervenção.

Assim, concluímos o período de estágio da disciplina Estágio Supervisionado III: Gestão Escolar, apresentando para a unidade escolar: gestão escolar e o corpo docente e serviços gerais; um seminário em que evidenciamos tanto a estrutura que compõe o documento, a necessidade da construção/reconstrução coletiva do PPP bem como os benefícios de sua utilização em todas as esferas da unidade escolar. Frisamos também a importância da escola em convidar os familiares e comunidade atendida pela escola para participar da construção do PPP objetivando criar uma comunidade escolar participativa e atuante nas práticas educativas, uma vez que a família também é responsável no processo educacional.

Tivemos uma participação e aceitação satisfatória da escola, tanto gestão como corpo docente contribuíram positivamente as ideias apresentadas no projeto de intervenção afirmando que há essa necessidade de “desengavetar” o documento do PPP e transformá-la em um instrumento de trabalho de todos, que tinham ciência que planejar e reconstruí-lo em conjunto não seria tarefa fácil, porém tal ação trará grandes benefícios para toda comunidade escolar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante exposto, percebemos então a importância e amplitude que um Projeto Político-Pedagógico para a realidade escolar. Acreditamos que o mesmo é mais que um conjunto de estratégias de intervenção no processo de ensino e aprendizagem, ele é o reflexo da identidade política de toda uma comunidade escolar.

Um PPP para ser eficaz, não precisa necessariamente ser bem escrito, ter inúmeras páginas cheias de palavras bonitas, com dados estatísticos atualizados. A eficácia dele dependerá do tamanho do esforço que a comunidade faz para que ele funcione no contexto escolar. Re-significar o PPP, ao qual nos referimos ao longo do presente trabalho, é motivar o envolvimento do coletivo escolar para o exercício do planejamento participativo alinhado num só sentido do ato educar da instituição.

## 6. REFERÊNCIAS:

- DALMÁS**, Ângelo. Planejamento participativo na escola: elaboração acompanhamento e avaliação. 17 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, p. 142.
- GADOTTI**, Moacir; **ROMÃO**. E.José. **Autonomia da Escola: Princípios e Propostas**. 4ed – São Paulo: Cortez, 2001.
- MARTINS**, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografia e dissertação**. 2 ed. São Paulo: Altas,2000.
- TEIXEIRA**, Elizabeth. **As três metodologias das ciências e da pesquisa**. 6 ed: Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- VASCONCELLOS**, Celso dos Santos. **Planejamento: Projeto de Ensino–Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico**. 21ª Ed. São Paulo. Libertad, 2010. (Cadernos Pedagógicos do Libertad, v. 1)
- VEIGA**, Ilma Passos A. (org.). **As dimensões do projeto político-pedagógicos: novos desafios para a escola**. Campinas: SP. Papyrus, 2001.

**VEIGA, Ilma Passos A. (Org). Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível.**  
3.ed. Campinas: Papyrus Editora, 1995.

